



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2024
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90.002/2024 – CEDEC**

O Corpo de Bombeiros Militar do Pará, por intermédio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, com sede no quartel do Comando Geral na Avenida Júlio César, nº 3000, Marambaia, na cidade de Belém, inscrito no CNPJ sob o nº 15.513.102./0001-88, neste ato representado pelo CEL BM JAYME DE AVIZ **BENJÓ** – Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil, nomeado pelo Decreto de 07 de fevereiro de 2023, publicado no DOE nº 35.282 de 08/02/2023, inscrito sob o CPF nº 411.573.622-49, portador da Carteira de Identidade nº 1497930-CBMPA, considerando o aviso da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS SRP nº 90002/2024 – CEDEC**, publicada no DOE nº 35.790 de 19/04/2024, processo administrativo PAE n.º 2023/1220570, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, no Decreto Federal nº 11.462 /2023, Decreto Estadual nº 3.371/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição de pacotes com 6 (seis) unidades de 1,5L de água mineral sem gás, especificados nos itens **nº 01** (Água Mineral – Ampla concorrência) e **nº 02** (Água Mineral – Exclusivo ME/EPP), do anexo I do edital de **Pregão Eletrônico SRP nº 90.002/2024 – CEDEC**, do qual esta Ata é parte integrante, bem como especificado na proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: EXTRA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA
CNPJ: 46.470.984/0001-75
ENDEREÇO: Rua Dois, Nº 25, Conjunto Júlia Seffer, Bairro: Águas Lindas, CEP 67.020-390, Ananindeua-PA.
CONTATO: (91) 99234-1154 **E-MAIL:** EXTRA.LICIT@GMAIL.COM
REPRESENTANTE: CRISTINA FREITAS DE ASSIS
CPF: 377.713.702-25 **RG:** 2208509

Nº ITEM TR	DESCRIÇÃO	MARCA - FABRICANTE	UNID	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL LICITADO
---------------	-----------	-----------------------	------	---------------	-------------------	----------------------





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

1	Garrafa de Água mineral natural, sem gás de 1,5l	ESTRELA D'ALVA	Fardo com 06 unidades	205.430	R\$ 9,95	R\$ 2.044.028,50
2				2.480		R\$ 24.676,00
SUBTOTAL REGISTRADO (ITENS 01 E 02)						R\$ 2.068.704,50

DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO POR ÓRGÃO

ITEM	GERENCIADOR	ÓRGÃOS PARTICIPANTES									TOTAL
	CBMPA	SEJUDH	SESPA	SEGUP	ITERPA	SEPLAD	PGE	FUNTELPA	SEPI	SECULT	
01	197.520	480	2.000	600	3.000	200	100	600	330	600	205.430
02	2480					--					2.480

2.2. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

2.2.1. Fica incluído nesta ARP o **Anexo A** referente ao registro da licitante que aceitou manter sua proposta original na sequência da classificação do certame, nos termos da alínea b do item II do art. 14 e parágrafo 3º do decreto estadual nº 3.371/2023, alterado pelo Decreto nº 3.804/2024.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Corpo de Bombeiros Militar do Pará, por intermédio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Ord.	Órgãos Participantes	Unidade	Qtde
1	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH	Fardo c/ 6 unidades	480
2	Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA		2.000
3	Secretaria de Estado de Segurança Pública - SEGUP		600
4	Instituto de Terras do Pará - ITERPA		3.000
5	Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD		200
6	Procuradoria Geral do Estado - PGE		100
7	Fundação Paraense de Radio Difusão - FUNTELPA		600
8	Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Pará – SEPI		330
9	Secretaria de Estado da Cultura – SECULT		600

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto _____

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório** registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
- 4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto _____

- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto _____

cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 3.371, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto _____

contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Belém-PA, 20 de maio de 2024.

JAYME DE AVIZ BENJÓ – CEL QOBM

Comandante Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil

Representante legal do fornecedor registrado
CRISTINA FREITAS DE ASSIS





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Anexo A

Cadastro de Reserva

1. Fornecedores que aderiram ao cadastro de reserva nesta ARP:

CLASSIFICAÇÃO	CNPJ	NOME/RAZÃO SOCIAL	QTDE OFERTADA	VALOR OFERTADO R\$
1º	44.993.260/0001-80	L DIAS MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	207.910	11,39

- 1.1. **Referência:** Item 01 e 02.

Nº ITEM DO TR	DESCRIÇÃO	MARCA-FABRICANTE	UNID	QTDE TOTAL ITENS	VALOR ESTIMADO	VALOR UNIT. CADASTRO DE RESERVA	SUBTOTAL CADASTRO DE RESERVA
01	Garrafa de Água mineral natural, sem gás de 1,5l	ESTRELA D'ALVA	Fardo com 06 unidades	205.430	R\$32,25	R\$11,39	R\$ 2.339.847,70
02				2.480			R\$ 28.247,20
VALOR TOTAL							R\$ 2.368.094,90

DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO POR ÓRGÃO

ITEM	GERENCIADOR	ÓRGÃOS PARTICIPANTES									TOTAL
	CBMPA	SEJUDH	SESPA	SEGUP	ITERPA	SEPLAD	PGE	FUNTELPA	SEPI	SECULT	
01	197.520	480	2.000	600	3.000	200	100	600	330	600	205.430
02	2480	--									2.480





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024 – SRP – CEDEC/CBMPA

Extrato de ATA SRP Nº 001/2024

Espécie: **Ata de Registro de Preço Nº 001/2024**, firmada entre o CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ por intermédio da COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL, inscrita no CNPJ sob o nº 15.513.102/0001-88 e a empresa abaixo. MODALIDADE: **Pregão Eletrônico nº 90002/2024 – SRP - CEDEC/CBMPA**, Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de pacotes com 6 (seis) unidades de 1,5l de água mineral sem gás, especificado nos Itens nº 01 e 02 do anexo V do edital de **Pregão Eletrônico nº 90002/2024 – SRP – CEDEC/CBMPA**, do qual esta Ata é integrante, bem como, especificado na proposta vencedora, independentemente de transcrição. EMPRESA: EXTRA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA, CNPJ: 46.470.984/0001-75.

ITEM TR: 1; DESCRIÇÃO: Garrafa de Água mineral natural, sem gás de 1,5l; **UNID:** Fardo com 06 unidades; **QTDE TOTAL:** 205.430 **VALOR UNIT:** R\$ 9,95; **VALOR TOTAL:** R\$ 2.044.028,50

ITEM TR: 2; DESCRIÇÃO: Garrafa de Água mineral natural, sem gás de 1,5l; **UNID:** Fardo com 06 unidades; **QTDE TOTAL:** 2.480; **VALOR UNIT:** R\$ 9,95; **VALOR TOTAL:** R\$ 24.676,00.

O órgão gerenciador será a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC

Órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

SEJUDH – Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

SESPA – Secretaria de Estado de Saúde Pública

SEGUP – Secretaria de Estado de Segurança Pública

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

SEPLAD – Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PGE – Procuradoria Geral do Estado

FUNTELPA – Fundação Paraense de Radio Difusão

SEPI – Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Pará

SECULT – Secretaria de Estado da Cultura

Anexo A – Cadastro Reserva

Empresa: L DIAS MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA; **CNPJ:** 44.993.260/0001-80; **Quantidade Ofertada:** 207.910; **Valor Ofertado:** R\$ 11,39.

Valor Global: R\$ 2.068.704,50.

Data de Assinatura: 20/05/2024.

Vigência: 20/05/2024 à 20/05/2025.

Signatários: CEL QOBM Jayme de Aviz **Benjó** – Ordenador de Despesas e pelo respectivo Representante Legal da Empresa.





Protocolo de recebimento de matéria

Protocolo 1076502

O Imprensa Oficial do Estado do Pará declara que o conteúdo abaixo foi recebido pelo Sistema e-Diário, para publicação no Diário Oficial na Categoria e Data descritas abaixo, sendo de exclusiva responsabilidade do Usuário Publicador o conteúdo da matéria e a data de publicação selecionada.

Identificação do REMETENTE

Cliente	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARA
Publicador	LICITAÇÕES BOMBEIRO
Data de envio da publicação	21/05/2024 15:38:07
Data de publicação no Diário Oficial	22/05/2024

Identificação da MATÉRIA

Protocolo	1076502
Entidade	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ
Categoria de publicação	Outros Atos Oficiais
Situação	Confirmada
Versão	1

Imprensa Oficial do Estado do Pará
CNPJ: 04.835.476/0001-01
Travessa do Chaco nº 2271
Marco, Belém - PA
CEP: 66093-410

Publicações e Assinaturas
(91) 4009-7801
atendimento@ioe.pa.gov.br

Matéria

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024 – SRP – CEDEC/CBMPA

Extrato de ATA SRP Nº 001/2024

Espécie: **Ata de Registro de Preço Nº 001/2024**, firmada entre o CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ por intermédio da COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL, inscrita no CNPJ sob o nº 15.513.102/0001-88 e a empresa abaixo. MODALIDADE: **Pregão Eletrônico nº 90002/2024 – SRP - CEDEC/CBMPA**, Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de pacotes com 6 (seis) unidades de 1,5l de água mineral sem gás, especificado nos Itens nº 01 e 02 do anexo V do edital de **Pregão Eletrônico nº 90002/2024 – SRP – CEDEC/CBMPA**, do qual esta Ata é integrante, bem como, especificado na proposta vencedora, independentemente de transcrição. EMPRESA: EXTRA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA, CNPJ: 46.470.984/0001-75.

ITEM TR: 1; DESCRIÇÃO: Garrafa de Água mineral natural, sem gás de 1,5l; **UNID:** Fardo com 06 unidades; **QTDE TOTAL:** 205.430 **VALOR UNIT:** R\$ 9,95; **VALOR TOTAL:** R\$ 2.044.028,50

ITEM TR: 2; DESCRIÇÃO: Garrafa de Água mineral natural, sem gás de 1,5l; **UNID:** Fardo com 06 unidades; **QTDE TOTAL:** 2.480; **VALOR UNIT:** R\$ 9,95; **VALOR TOTAL:** R\$ 24.676,00.

O órgão gerenciador será a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC

Órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

SEJUDH – Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

SESPA – Secretaria de Estado de Saúde Pública

SEGUP – Secretaria de Estado de Segurança Pública

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

SEPLAD – Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PGE – Procuradoria Geral do Estado

FUNTELPA – Fundação Paraense de Radio Difusão

SEPI – Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Pará

SECULT – Secretaria de Estado da Cultura

Anexo A – Cadastro Reserva

Empresa: L DIAS MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA; **CNPJ:** 44.993.260/0001-80; **Quantidade Ofertada:** 207.910; **Valor Ofertado:** R\$ 11,39.

Valor Global: R\$ 2.068.704,50.

Data de Assinatura: 20/05/2024.

Vigência: 20/05/2024 à 20/05/2025.

Signatários: CEL QOBM Jayme de Aviz Benjó – Ordenador de Despesas e pelo respectivo Representante Legal da Empresa.

por terem se deslocado do município de Itaituba-PA para o município de Rurópolis-PA, na região de integração do Tapajós e com diárias no Estado do Pará, no período de 18 a 22 de abril de 2024, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MORAES NOGUEIRA - CEL QOBM

Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 1076330

PORTARIA Nº.136/DIÁRIA/CEDEC, DE 13 DE MAIO DE 2024

O Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas em legislação peculiar e considerando a Portaria de nº 054 de 05 de fevereiro de 2024, publicado em BG. nº 025 - CBMPA e Portaria de nº 060 de 08 de fevereiro de 2024, publicada no Diário Oficial nº 35.712 de 14 de fevereiro de 2024, a contar do dia 05 de fevereiro de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos militares: TCEL QOBM GUILHERME DE LIMA TORRES, SGT QBM JOSINÉLIO DA CONCEIÇÃO COSTA E SGT QBM MÁRIO CÉSAR AMORIM DA SILVA, 2 (duas) Diárias de Alimentação para cada, perfazendo um valor total de R\$ 844,04 (OITOCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E QUATRO CENTAVOS), por terem se deslocado do município de São Miguel do Guamá-PA para os municípios de Santa Maria-PA, Irituia-PA e Mãe do Rio-PA, nas regiões de integração do Rio capim e Guamá, com diárias grupo B, do período de 14 a 15 de março de 2024, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MORAES NOGUEIRA - CEL QOBM

Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 1076341

PORTARIA Nº.138/DIÁRIA/CEDEC, DE 13 DE MAIO DE 2024

O Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas em legislação peculiar e considerando a Portaria de nº 054 de 05 de fevereiro de 2024, publicado em BG. nº 025 - CBMPA e Portaria de nº 060 de 08 de fevereiro de 2024, publicada no Diário Oficial nº 35.712 de 14 de fevereiro de 2024, a contar do dia 05 de fevereiro de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos militares: STEN QBM ALVARO PEIXOTO DE OLIVEIRA JUNIOR E SGT QBM IGOR DE LIMA BATISTA, 3 (três) Diárias de Alimentação e 2 (duas) Diárias de Pousada para cada, perfazendo um valor total de R\$ 1.715,80 (MIL, SETECENTOS E QUINZE REAIS E OITENTA CENTAVOS), por terem se deslocado do município de Belém-PA para o município de Cametá-PA, na região de integração do tocantins, com diárias dentro do Estado, no período de 02 a 04 de maio de 2024, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MORAES NOGUEIRA - CEL QOBM

Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 1076347

PORTARIA Nº.145/DIÁRIA/CEDEC, DE 15 DE MAIO DE 2024

O Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas em legislação peculiar e considerando a Portaria de nº 054 de 05 de fevereiro de 2024, publicado em BG. nº 025 - CBMPA e Portaria de nº 060 de 08 de fevereiro de 2024 e publicado do Diário Oficial nº 35.712 de 14 de fevereiro de 2024. Decreto Estadual Nº 3.792 de 22 de março de 2024, publicado no Diário Oficial nº 35.757 de 25 de março de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos militares: SD QBM PEDRO COELHO ALVES E SD QBM CLENILSON VEIGA DA COSTA, 3 (três) Diárias de Alimentação e 2 (duas) Diárias de Pousada para cada, perfazendo um valor total de R\$ 1.266,00 (MIL, DUZENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS), por terem se deslocado do município de Paragominas-PA para o município de IPIXUNA do Pará-PA, na região de integração do Rio Capim com diárias no Estado do Pará, no período de 07 a 09 de março de 2024, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MORAES NOGUEIRA - CEL QOBM

Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 1076357

OUTRAS MATÉRIAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024 – SRP – CEDEC/CBMPA

Extrato de ATA SRP Nº 001/2024

Espécie: Ata de Registro de Preço Nº 001/2024, firmada entre o CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ por intermédio da COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL, inscrita no CNPJ sob o nº 15.513.102/0001-88 e a empresa abaixo. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 90002/2024 – SRP – CEDEC/CBMPA, Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de pacotes com 6 (seis) unidades de 1,5l de água mineral sem gás, especificado nos Itens nº 01 e 02 do anexo V do edital de Pregão Eletrônico nº 90002/2024 – SRP – CEDEC/CBMPA, do qual esta Ata é integrante, bem como, especificado na proposta vencedora, independentemente de transcrição. EMPRESA: EXTRA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA, CNPJ: 46.470.984/0001-75.

ITEM TR: 1; DESCRIÇÃO: Garrafa de Água mineral natural, sem gás de 1,5l; UNID: Fardo com 06 unidades; QTDE TOTAL: 205.430 VALOR UNIT: R\$ 9,95; VALOR TOTAL: R\$ 2.044.028,50

ITEM TR: 2; DESCRIÇÃO: Garrafa de Água mineral natural, sem gás de 1,5l; UNID: Fardo com 06 unidades; QTDE TOTAL: 2.480; VALOR UNIT: R\$ 9,95; VALOR TOTAL: R\$ 24.676,00.

O órgão gerenciador será a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC

Órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

SEJUDH – Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

SESPA – Secretaria de Estado de Saúde Pública

SEGUP – Secretaria de Estado de Segurança Pública

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

SEPLAD – Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PGE – Procuradoria Geral do Estado

FUNTELPA – Fundação Paraense de Radio Difusão

SEPI – Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Pará

SECULT – Secretaria de Estado da Cultura

Anexo A – Cadastro Reserva

Empresa: L DIAS MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA; CNPJ: 44.993.260/0001-80; Quantidade Ofertada: 207.910; Valor Ofertado: R\$ 11,39.

Valor Global: R\$ 2.068.704,50.

Data de Assinatura: 20/05/2024.

Vigência: 20/05/2024 à 20/05/2025.

Signatários: CEL QOBM Jayme de Aviz Benjó – Ordenador de Despesas e pelo respectivo Representante Legal da Empresa.

Protocolo: 1076502

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N.º 030/2024-DGPC/DIVERSOS

Belém-PA, 16 de Maio de 2024

A Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil, Delegada ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: os termos da Lei Complementar nº 022/94 de 15/03/1994, alterada pela Lei nº 055/2006, que confere ao Delegado Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz Administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO: a recomendação da Auditoria Geral do Estado, no sentido de que seja designado Fiscal para os contratos vigentes com vistas a acompanhar a execução dos mesmos.

CONSIDERANDO: a portaria nº182/2020-DG/PCPA, do dia 28 de Outubro de 2020, publicada no DOE Nº34.394 dia 04 de novembro de 2020.

RESOLVE:

I – REVOGAR os termos da PORTARIA Nº 31/2023 – DGPC/DIVERSOS, de 12/04/2023 que designou o servidor CLAUDIO GALENO DE MIRANDA SOARES FILHO, Delegado de Polícia Civil, matrícula nº 5826128/1, para acompanhar como FISCAL a execução do Contrato nº 071/2021–PCE/PA, firmado com a Empresa AGUIAR DIAS HOLDING LTDA, e no seu impedimento a servidora JULIANO CORREA, Delegado de Polícia Civil, matrícula nº 5940461.

II – DESIGNAR nos termos da Lei nº 8.666/93 o servidor MANOEL FAUSTO BULCÃO CARDOSO NETO, Delegado de Polícia Civil, matrícula nº 57225020/2 para acompanhar como FISCAL a execução do Contrato nº 071/2021–PCE/PA, firmado com a Empresa AGUIAR DIAS HOLDING LTDA, CNPJ Nº 33.113.309/0001-47 cujo objeto é a locação de 1 imóvel para fim não residencial, localizado na Av. José Bonifácio nº 185 e/ Trav. das Mercedes nº 22/30, Belém/PA, Cep 66090-363, medindo uma área total de 1.250m² e no seu impedimento o servidor JULIANO CORREA, Delegado de Polícia Civil, matrícula nº 5940461, que assistirá o referido contrato com as mesmas atribuições, no âmbito da Polícia Civil do Estado do Pará, desde o início até o término da vigência contratual.

III – ATRIBUIR ao fiscal do Contrato as seguintes atividades:

a) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

c) determinar a reparação, correção ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

d) rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o contrato;

e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

f) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

g) atestar e encaminhar as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas para a Diretoria de Administração;

h) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

IV – DETERMINAR a Diretoria de Administração que adote as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Delegada ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO

Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo: 1076185

PORTARIA Nº 1676/2024-GAB/DG/CEDÊNCIA

Belém, 16 de Maio de 2024

O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 022 de 15/03/1994 e alterações posteriores, que confere ao Delegado-Geral, atribuições para